



13h 4am 10/02/11

CAMARA DOS DEPUTADOS

10

PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2011.

Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011, a sua política de valorização de longo prazo, e disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 10

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 382, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A partir do dia 1º de janeiro de 2011, o salário mínimo será de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 18,67 (dezoito reais e sessenta e sete centavos) e o valor horário, a R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos)” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O salário mínimo vigente em 2010, de R\$ 510,00, foi o resultado de uma política de reajuste baseada em: 1) reposição da inflação do ano anterior e 2) adicional de produtividade, correspondente à variação do PIB de dois anos anteriores.

Para 2011, o governo propõe salário de R\$ 545,00, obtido mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC estimado de 2010, sem incidência de ganho real, vez que a variação do PIB de 2009 foi negativa e, portanto, desconsiderada no cálculo.

A proposta inicial do Governo era de R\$ 540,00, conforme a Medida Provisória nº 516, de 2010. Como a variação do INPC de 2010, todavia, resultou em percentual superior ao estimado pelo Governo, fechando o ano em 6,47%, o salário mínimo resultante deveria ser de R\$ 543,00.

C:\Arquivos de programas\Autenticador\ArquivoTempV.DOC



07F491D853



Entretanto, entendemos que as camadas mais necessitadas da população têm grande parte de sua renda despendida com alimentação. Por sua vez, o INPC-Alimentos e Bebidas atingiu 10,82% em 2010. Tal fato nos leva a sugerir que, para 2011, seja utilizado como um dos parâmetros fundamentais para a correção do salário mínimo o componente 'alimentos' da inflação. Dessa forma, o valor de R\$ 560,00 nos parece justo sob o ponto de vista social.

De se registrar que da mera aplicação do componente 'alimentos' resultaria valor ainda maior, próximo a R\$ 565,00. Ocorre que, a despeito do maior peso que o item alimentação tem na inflação da baixa renda, outros itens, como transportes, apresentaram variação menor em 2010. O salário de R\$ 560,00, portanto, seria um meio termo por se coadunar com a idéia de aumento do poder de compra do salário mínimo e de responsabilidade fiscal.

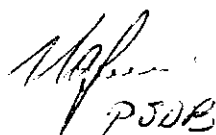
O salário de R\$ 560,00 teria impacto adicional, em relação ao salário de R\$ 545,00, da ordem de R\$ 4,3 bilhões nas contas públicas, considerando-se estimativa do próprio governo de que cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo gera impacto de R\$ 286,4 milhões nas despesas orçamentárias. Esse montante seria coberto por créditos adicionais provenientes do excesso de arrecadação, decorrente, por exemplo, de receitas associadas a uma maior produção de petróleo e gás e dos lucros das participações do Governo em estatais e sociedades de economia mista.


Desta forma, o Democratas, conhecedor de seu papel político responsável, sugere que o Governo priorize algum ganho real ao salário mínimo em 2011, em relação ao índice geral de inflação, de forma a manter uma trajetória mais suave dos ganhos do poder de compra das camadas mais baixas da sociedade e não frustrar as expectativas dos trabalhadores com relação ao futuro do Brasil.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2011.


Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto

Líder do Democratas


Dep. Duarte Nogueira
PSDB


Dep. RUBENS BUENO
PV/PPS

